




Nota de Abertura

O «REACH», o principal diploma legislativo da UE relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos, foi aprovado há dez anos. A implementação deste teve um efeito significativo na melhoria da proteção da saúde humana e do ambiente, ao mesmo tempo que promoveu alternativas aos ensaios em animais.

Os produtos químicos são uma constante no dia-a-dia, estão presentes nos locais de trabalho, nos bens de consumo, como vestuário, brinquedos, mobiliário e aparelhos elétricos. Embora essenciais, certas substâncias podem apresentar riscos para a saúde humana e para o ambiente. Graças ao «REACH», as empresas e as autoridades da UE garantem uma utilização segura dos produtos químicos e a eliminação progressiva das substâncias perigosas.

Ao abrigo do «REACH», a UE efetuou progressos na restrição ou proibição da utilização de certos produtos químicos, que podem ter efeitos nocivos para a saúde humana ou para o ambiente, e na promoção da sua substituição por alternativas mais seguras. Promove, também, métodos alternativos, sem recurso a animais, para a avaliação dos perigos dos produtos químicos.

Com base nesta experiência, a Comissão propôs recentemente ações com vista a facilitar a sua implementação. Propôs medidas para melhorar a qualidade dos dossiês de registo apresentados pelas empresas, simplificar o processo geral de autorização e garantir condições de concorrência equitativas entre as empresas da União e de países terceiros. A Comissão pretende continuar a apoiar as PME para reforçar o cumprimento da lei e a sua execução por parte das autoridades nacionais. 

PROF. DOUTOR ALFREDO BORBA
COORDENADOR DO
CENTRO DE INFORMAÇÃO
EUROPE DIRECT DOS AÇORES

Plano de ação para uma economia mais verde e mais limpa


Desenvolver um sistema financeiro que apoie a agenda da UE para o clima e o desenvolvimento sustentável é o objetivo da estratégia apresentada recentemente pela Comissão Europeia. Este plano de ação, que teve por base o relatório final elaborado por um Grupo de Peritos de Alto Nível sobre Financiamento Sustentável, tem como principais características: unificar o sistema de classificação da UE - ou taxonomia; criar rótulos europeus para os produtos financeiros verdes; clarificar a obrigação de os gestores de ativos e os investidores institucionais terem em conta a sustentabilidade no processo de investimento e de reforçarem os requisitos de divulgação; exigir que as empresas de seguros e de investimento aconselhem os clientes em função das suas preferências em matéria de sustentabilidade; incorporar a sustentabilidade nos requisitos prudenciais; e reforçar a transparência na comunicação de informações pelas



empresas.

Esta estratégia para finanças sustentáveis faz parte dos esforços da União dos Mercados de Capitais para estabelecer a ligação entre a finança e as necessidades específicas da economia europeia em benefício do planeta e da nossa sociedade. É, também, um

dos principais passos para a aplicação do histórico Acordo de Paris e da Agenda da UE para o Desenvolvimento Sustentável.

A Comissão está a organizar uma conferência de alto nível, agendada para o próximo dia 22 de março, para debater o plano de ação apresentado. 

Portugueses com uma perspetiva mais positiva da UE

O mais recente inquérito Eurobarómetro sobre a opinião pública em Portugal relativamente à UE revela que, embora persista algum pessimismo relativamente à economia, há uma evolução positiva da opinião pública nacional nos últimos três anos.

O desemprego continua a ser a principal preocupação ao nível nacional, seguido pela saúde e apoios sociais e pela situação económica. Um total de 53% dos portugueses consideram que a UE transmite uma imagem positiva.

A maioria (81%) sente-se cidadão

da União e é em Portugal que se regista um maior apoio ao avanço do processo de integração europeia.

Os portugueses estão entre os europeus mais favoráveis à imigração e há um apoio maioritário à concessão de ajudas aos refugiados.

Concurso «Elevator Pitch – IdeiasQueMarcam»

Projetos de empreendedorismo de base tecnológica e digital serão privilegiados na quinta edição do concurso «Elevator Pitch – IdeiasQueMarcam». Esta iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal dará especial relevo a projetos que, de alguma forma, proponham soluções e inovações que contribuam para reforçar a capacitação cívica e a participação ativa dos cidadãos na vida democrática.

Podem candidatar-se até 25 de março todos os cidadãos ou residentes na União Europeia, com mais de 18 anos,



que tenham uma ideia original, com potencial de mercado e de criação de emprego, assim como os empreendedores que desejam aconselhamento e investimento em ideias de negócio já validadas, quer tenham ou não ini-

ciado atividade empresarial. Considerando a ênfase dada na edição deste ano a projetos na área da capacitação cívica e democrática dos cidadãos, serão encorajadas as candidaturas de projetos promovidos por pessoas ou equipas no âmbito de entidades que desenvolvem uma ação cívica regular, como sejam: autarquias, ONGs, associações de cidadãos, entre outras do género.

Para mais informações consulte o sítio Web:

www.elevatorpitch.bolsadoempreendedorismo.pt